

feridos ao abrigo da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 19.º dos Estatutos deste Instituto:

De 2 de Fevereiro de 2006:

Ester Luciana Patrício Mestre Brito — contratada, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, para exercer funções equiparadas às de técnico profissional de 2.ª classe de biblioteca e documentação deste Instituto, com efeitos a partir de 16 de Fevereiro de 2006, pelo período de um ano.

Susana Isabel Galvão dos Santos — contratada, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, para exercer funções equiparadas às de técnico profissional de 2.ª classe de biblioteca e documentação deste Instituto, com efeitos a partir de 16 de Fevereiro de 2006, pelo período de um ano.

Vânia José Duarte Rosa — contratada, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, para exercer funções equiparadas às de técnico profissional de 2.ª classe de biblioteca e documentação deste Instituto, com efeitos a partir de 16 de Fevereiro de 2006, pelo período de um ano.

De 9 de Fevereiro de 2006:

Licenciada Teresa Maria Cunha Ferreira Segurado — contratada, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, para exercer funções equiparadas às de técnico superior de 2.ª classe de biblioteca e documentação deste Instituto, com efeitos a partir de 1 de Março de 2006, pelo período de um ano.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

3 de Março de 2006. — O Presidente, *Luís Antero Reto*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO

Despacho (extracto) n.º 8861/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco de 28 de Março de 2006:

Paula Margarida dos Santos Laranjeira, equiparada a assistente da Escola Superior de Saúde deste Instituto — concedida equiparação a bolsheiro no estrangeiro no período de 19 a 25 de Maio de 2006.

31 de Março de 2006. — A Administradora, *Otilia Madalena Ramos Neves*.

Despacho (extracto) n.º 8862/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco de 28 de Março de 2006:

Paulo Jorge Dias Torres, professor-adjunto da Escola Superior de Tecnologia deste Instituto — concedida a equiparação a bolsheiro fora do País no período compreendido entre 2 e 9 de Abril e autorizada a interrupção neste período da equiparação a bolsheiro no País no âmbito do PRODEP III, medida n.º 5, acção n.º 5.3, que foi concedida no período compreendido entre 26 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2006, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2004.

31 de Março de 2006. — A Administradora, *Otilia Madalena Ramos Neves*.

Despacho (extracto) n.º 8863/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco de 7 de Março de 2006:

Mestre Fernando Manuel Alves Silva Pacheco Torgal — renovado o contrato administrativo de provimento como assistente do 2.º triénio, em regime de tempo integral, por urgente conveniência de serviço, da Escola Superior de Tecnologia deste Instituto, auferindo o vencimento mensal previsto na lei geral para a respectiva categoria, com efeitos reportados a 8 de Março de 2006 e termo em 7 de Março de 2007.

31 de Março de 2006. — A Administradora, *Otilia Madalena Ramos Neves*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

Aviso n.º 4806/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 27 de Março de 2006:

Licenciada Catarina Maria Neto da Cruz — autorizada, em regime de contrato administrativo de provimento, a sua contratação na

categoria de equiparada a assistente, área de matemática e educação matemática, na Escola Superior de Educação deste Instituto, em regime de tempo parcial, oito horas por semana, de 27 de Março a 31 de Julho de 2006.

30 de Março de 2006. — O Presidente, *José Manuel Torres Farinha*.

Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra

Despacho n.º 8864/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 20 de Fevereiro de 2006 e no uso de competência conferida pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 175/2004, de 21 de Julho, conjugado com a alínea *i*) do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 24/94, de 27 de Janeiro:

Cristiana da Luz Cunha Tourais — contratada em regime de contrato administrativo de provimento, nos termos da alínea *a*) n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo artigo único do Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, precedido de concurso interno de acesso geral, para a categoria de técnico superior de 1.ª classe da carreira de técnico superior do mapa de pessoal desta Escola, com efeitos a partir de 20 de Fevereiro de 2006, nos termos do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo, ficando sem efeito o anterior contrato. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Março de 2006. — A Directora, *Lúcia Maria Simões F. Costa*.

Despacho n.º 8865/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 16 de Março de 2006 e no uso de competência conferida pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 175/2004, de 21 de Julho, conjugado com alínea *i*) do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 24/94, de 27 de Janeiro:

Joaquim Alberto Pereira, assistente do 2.º triénio da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra — nomeado, em comissão de serviço extraordinária, nos termos dos n.ºs 2 e 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, precedendo concurso de provas públicas, nos termos do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, para a categoria de professor-adjunto do mapa de pessoal desta Escola.

A referida comissão de serviço extraordinária converte-se em definitiva nos termos dos artigos 10.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, e determinará a exoneração do lugar que vem ocupando.

A aceitação da nomeação produzirá efeitos a partir de 1 de Março de 2006, nos termos do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Março de 2006. — A Directora, *Lúcia Maria Simões F. Costa*.

Despacho n.º 8866/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 16 de Março de 2006 e no uso de competência conferida pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 175/2004, de 21 de Julho, conjugado com a alínea *i*) do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 24/94, de 27 de Janeiro:

Ana Paula Monteiro Amaral, professora-adjunta da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra — nomeada, em comissão de serviço extraordinária, nos termos dos n.ºs 2 e 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, precedendo concurso de provas públicas, nos termos do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, para a categoria de professor-coordenador do mapa de pessoal desta Escola.

A referida comissão de serviço extraordinária converte-se em definitiva nos termos dos artigos 10.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, e determinará a exoneração do lugar que vem ocupando.

A aceitação da nomeação produzirá efeitos a partir de 9 de Março de 2006, nos termos do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Março de 2006. — A Directora, *Lúcia Maria Simões F. Costa*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

Despacho (extracto) n.º 8867/2006 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Março de 2006 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, em substituição:

Maria José Botelho Alves, equiparada a assistente, em regime de tempo parcial de 50%, da Escola Superior de Ciências Empresariais

deste Instituto Politécnico — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento por dois anos, com efeitos a partir de 5 de Março de 2006.

28 de Março de 2006. — A Administradora, *Maria Manuela Serra*.

Despacho n.º 8868/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 2 do artigo 14.º dos Estatutos do Instituto Politécnico de Setúbal, aprovados pelo Despacho Normativo n.º 6/95, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 29, de 3 de Fevereiro de 1995, conjugado como artigo 41.º do Código do Procedimento Administrativo, designo a professora Albertina Pereira Cavaco da Palma, vice-presidente deste Instituto Politécnico, para me substituir durante a minha ausência, no período de 5 a 9 de Abril de 2006.

29 de Março de 2006. — O Presidente, *Armando Pires*.

Despacho (extracto) n.º 8869/2006 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Março de 2006 da presidente do Instituto Politécnico de Setúbal:

Sofia Alexandra da Silva Clemente, encarregada de trabalhos da Escola Superior de Ciências Empresariais deste Instituto Politécnico — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento por dois anos, com efeitos a partir de 1 de Março de 2006.

29 de Março de 2006. — A Administradora, *Maria Manuela Serra*.

Despacho (extracto) n.º 8870/2006 (2.ª série). — Por despacho de 21 de Fevereiro de 2006 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, por delegação de competências:

Isabel Maria Núncio Faria Vaz, equiparada a professora-adjunta, em regime de tempo parcial de 50 %, da Escola Superior de Ciências Empresariais deste Instituto Politécnico — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento por dois anos, com efeitos a partir de 21 de Fevereiro de 2006.

29 de Março de 2006. — A Administradora, *Maria Manuela Serra*.

Despacho (extracto) n.º 8871/2006 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Março de 2006 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, por delegação de competências:

Fernando Manuel Soares Cabrita, equiparado a assistente, em regime de tempo parcial de 50 %, da Escola Superior de Ciências Empresariais deste Instituto Politécnico — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento, por dois anos, com efeitos a partir de 1 de Março de 2006.

29 de Março de 2006. — A Administradora, *Maria Manuela Serra*.

Despacho (extracto) n.º 8872/2006 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Março de 2006 do presidente do Instituto Politécnico de Setúbal:

Maria Valentina Macovio dos Santos, técnica profissional especialista dos serviços centrais deste Instituto, e Maria Luísa Parreira Gago da Silva Reynaud da Silva, técnica profissional de 1.ª classe da Escola Superior de Educação — designadas para o exercício de funções de secretariado da presidência nos serviços centrais deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 15 de Março de 2006.

29 de Março de 2006. — A Administradora, *Maria Manuela Serra*.

Despacho (extracto) n.º 8873/2006 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Setembro de 2005 da presidente do Instituto Politécnico de Setúbal:

Ricardo Jorge Patraquim Godinho Parreira — autorizado o contrato administrativo de provimento, como equiparado a assistente, em regime de exclusividade, no período de 25 de Setembro de 2005 a 24 de Março de 2006, para exercer funções na Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, deste Instituto Politécnico, com a remuneração mensal ilíquida de € 2117,19, por urgente conveniência de serviço.

30 de Março de 2006. — A Administradora, *Maria Manuela Serra*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

Despacho (extracto) n.º 8874/2006 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Dezembro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico de Viseu:

Licenciado Belmiro Manuel Oliveira Marques — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, com o Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Saúde, como equiparado a assistente, em regime de tempo parcial, 60 % do vencimento de assistente do 1.º triénio em tempo parcial, para os meses de Dezembro de 2005 e Janeiro de 2006.

27 de Março de 2006. — A Vice-Presidente, *Idalina de Jesus Domingos*.

Despacho n.º 8875/2006 (2.ª série). — Por despacho de 21 de Março de 2006 do presidente do Instituto Politécnico de Viseu:

Maria Helena de Almeida Carmo, tesoureira em comissão de serviço extraordinária no Instituto Politécnico de Viseu — nomeada, precedendo concurso, chefe de secção, em comissão de serviço extraordinária, na mesma instituição, com efeitos à data da publicação no *Diário da República*.

28 de Março de 2006. — O Vice-Presidente, *Daniel Marques da Silva*.

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA REPARAÇÃO AUTOMÓVEL (CEPRA)

Deliberação n.º 495/2006. — O conselho de administração (CA) do Centro de Formação Profissional da Reparação Automóvel (CEPRA), ao abrigo do disposto na alínea d) da cláusula VIII da secção I do capítulo II do protocolo que criou o CEPRA, homologado pela Portaria n.º 16/88, de 7 de Janeiro, delibera delegar no director, licenciado José Manuel Patrocínio Pessoa de Amorim, competência para exercer os seguintes poderes:

1 — No âmbito da gestão corrente:

1.1 — Assinar toda a correspondência e assegurar o expediente necessário ao bom funcionamento do CEPRA, com excepção da correspondência que se destine a órgãos de soberania e respectivos titulares, a entidades e organismos internacionais, ao Provedor de Justiça, a associações patronais e sindicais e conselho directivo do IIEFP, I. P.;

1.2 — Autorizar despesas com a aquisição de bens ou serviços e outorgar os respectivos contratos, até ao valor de € 12 500, com excepção de arrendamento urbano e das despesas realizadas por pessoas singulares que se revistam de um carácter permanente e duradouro;

1.3 — Outorgar contratos relativos à aquisição de bens e serviços cuja autorização de despesa seja da exclusiva competência do CA, após terem sido devidamente aprovadas a sua realização e a respectiva minuta de contrato;

1.4 — Autorizar despesas correntes com a aquisição e fornecimento de serviços, inscritos no orçamento anual de despesas, referentes a electricidade, água, gás e comunicações;

1.5 — Autorizar o pagamento de rendas devidas por aluguer de instalações, cujos contratos tenham sido objecto de autorização pelo CA;

1.6 — Autorizar a constituição de fundos permanentes, até ao montante máximo de € 1000, nos locais de formação onde se revele essa necessidade, destinados ao pagamento de pequenas despesas de natureza corrente resultantes das acções de formação aí realizadas;

1.7 — Requisitar a emissão de livros de cheques;

1.8 — Emitir, assinar e endossar cheques e transferências bancárias;

1.9 — Assinar ordens de pagamento;

1.10 — Autorizar a liberação de cações até ao montante de € 10 000;

1.11 — Assinar precatórios cheques;

1.12 — Endossar e cobrar vales de correio;

1.13 — Assegurar a inventariação de todo o património do CEPRA;

1.14 — Autorizar a mobilidade de bens e equipamentos;

1.15 — Proceder ao abate de bens ou valores imobilizados e à respectiva alienação, após autorização do CA;

1.16 — Outorgar, após aprovação do CA, acordos de cooperação com outras entidades;

2 — No âmbito da gestão de pessoal:

2.1 — Outorgar contratos individuais de trabalho, desde que previamente autorizados pelo CA;

2.2 — Aceitar a rescisão de contratos de trabalho por iniciativa do trabalhador, exigindo, sempre que se revele necessário, o montante da indemnização devida pelo trabalhador por incumprimento do aviso prévio;